



VI) praticar quaisquer outros atos irregulares em operações de importação e de exportação.

Art. 5º Para efeito do que dispõe o artigo 57 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o recurso administrativo tramitará por duas instâncias administrativas.

Art. 6º Fica revogada a Portaria MICT nº 280, de 12 de julho de 1995, publicada no D.O.U. de 13 de julho de 1995, Seção 1, página 10375.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE

## Ministério do Esporte

### SECRETARIA EXECUTIVA

#### DELIBERAÇÃO Nº 174, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/11/2010 e 07/12/2010 e na reunião extraordinária realizada em 21/12/2010.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/11/2010 e 07/12/2010 e na reunião extraordinária realizada em 21/12/2010.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI  
Presidente da Comissão

#### ANEXO I

1 - Processo: 58701.002163/2009-56  
Proponente: Associação Atlética Ponte Preta  
Título: Centro de Formação de Atletas Ponte Preta Etapa 2  
Registro/ ME: 02SP024332008  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 46.125.175/0001-26  
Cidade: Campinas - UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 6.740.459,95  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3141 DV: 0  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17868-3  
Período de Captação: da data de publicação até 30/11/2011.

2 - Processo: 58701.002197/2009-41  
Proponente: Associação Atlética Ponte Preta  
Título: Centro de Formação de Atletas Ponte Preta Etapa 3  
Registro/ ME: 02SP024332008  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 46.125.175/0001-26  
Cidade: Campinas - UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 6.966.989,76  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3141 DV: 0  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17867-5  
Período de Captação: da data de publicação até 30/11/2011.

3 - Processo: 58701.004724/2010-95  
Proponente: Instituto Professor Raimundo Pinheiro  
Título: Cidade do Saber em Ação  
Registro/ ME: 02BA072272010  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 08.619.658/0001-98  
Cidade: Camaçari - UF: BA  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.673.381,84  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1238 DV: 6  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 61108-5  
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

4 - Processo: 58701.004829/2010-44  
Proponente: Federação Paulista de Golfe  
Título: Alto Rendimento FPGolfe 2011  
Registro/ ME: 02SP014972007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 45.544.301/0001-14  
Cidade: Planalto Paulista - UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 470.329,02

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3559 DV: 9  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43721-2  
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2011.

5 - Processo: 58701.004709/2010-47  
Proponente: Instituto Barrichello Kanaan  
Título: Basquete  
Registro/ ME: 02SP005162007  
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional  
CNPJ: 07.672.403/0001-26  
Cidade: São Paulo - UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 796.267,20  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4325 DV: 7  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9041-7  
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2011.

6 - Processo: 58701.000605/2010-63  
Proponente: Prefeitura Municipal de Corupá  
Título: Construção de Pista de Skate  
Registro/ ME: 01SC063192010  
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação  
CNPJ: 83.102.467/0001-70  
Cidade: Corupá - UF: SC  
Valor aprovado para captação: R\$ 116.488,44  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 5363 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 5174-8  
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

7 - Processo: 58701.004479/2010-16  
Proponente: Associação Luz e Ação  
Título: Campeões de Areia - Halley e Pedro Solberg  
Registro/ ME: 02RJ077352010  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 03.573.846/0001-09  
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ  
Valor aprovado para captação: R\$ 2.214.626,86  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1251 DV: 3  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34316-1  
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

8 - Processo: 58701.004430/2010-63  
Proponente: Associação Saque de Ouro  
Título: Torneio Challenger de Tênis  
Registro/ ME: 02SP075052010  
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação  
CNPJ: 11.045.949/0001-24  
Cidade: São Paulo - UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 704.680,20  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4334 DV: 6  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8237-6  
Período de Captação: da data de publicação até 15/03/2011.

9 - Processo: 58701.004245/2010-79  
Proponente: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa  
Título: Realização de Eventos Nacionais e Internacionais no Brasil  
Registro/ ME: 02RJ000842007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 30.482.319/0001-61  
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ  
Valor aprovado para captação: R\$ 2.074.130,59  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1569 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22321-2  
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2011.

10 - Processo: 58701.004753/2010-57  
Proponente: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa  
Título: Circuito Brasil de Maratonas Populares de Tênis de Mesa  
Registro/ ME: 02RJ000842007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação  
CNPJ: 30.482.319/0001-61  
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ  
Valor aprovado para captação: R\$ 737.361,22  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1569 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22323-9  
Período de Captação: da data de publicação até 30/08/2011.

11 - Processo: 58701.004229/2010-86  
Proponente: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa  
Título: Grand Prix Brasil de Clubes  
Registro/ ME: 02RJ000842007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 30.482.319/0001-61  
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ  
Valor aprovado para captação: R\$ 931.000,53  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1569 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22320-4  
Período de Captação: da data de publicação até 30/08/2011.

12 - Processo: 58701.004863/2010-19  
Proponente: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa  
Título: Sacando para o Futuro - Grande Rio  
Registro/ ME: 02RJ000842007  
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional  
CNPJ: 30.482.319/0001-61  
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ  
Valor aprovado para captação: R\$ 531.120,02  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1569 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22322-0

Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2011.

13 - Processo: 58701.004374/2010-67  
Proponente: Confederação Brasileira de Canoagem  
Título: Estruturação e Apoio às Entidades Filiadas à Confederação Brasileira de Canoagem - Caiaque Rotomoldados  
Registro/ ME: 02PR040202009  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 92.893.155/0001-12  
Cidade: Curitiba - UF: PR  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.145.097,24  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 6992 DV: 2  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 5280-9  
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2011.

14 - Processo: 58701.004535/2010-12  
Proponente: Instituto Brasil 1  
Título: LPGA Brasil Cup 2011  
Registro/ ME: 02RJ051962009  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 10.238.435/0001-22  
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ  
Valor aprovado para captação: R\$ 2.981.879,88  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1572 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17690-7  
Período de Captação: da data de publicação até 30/06/2011.

15 - Processo: 58701.004765/2010-81  
Proponente: Federação de Vela do Estado do Rio de Janeiro  
Título: Calendário de Match Race 2011  
Registro/ ME: 02RJ001402007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 34.166.603/0001-80  
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.735.064,79  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1572 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17758-X  
Período de Captação: da data de publicação até 10/03/2011.

#### ANEXO II

1 - Processo: 58000.001723/2009-52  
Proponente: Instituto Usina Social  
Título: Usina Esporte Cidadão  
Valor aprovado para captação: R\$ 961.130,39  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0394 DV: 8  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 67820-1  
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

2 - Processo: 58701.001629/2009-04  
Proponente: Instituto Parada Vital  
Título: Bicicletários no Metrô  
Valor aprovado para captação: R\$ 2.314.616,55  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3323 DV: 5  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14865-2  
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

#### RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.002388/2010-46  
No Diário Oficial da União nº 193, de 07 de outubro de 2010, na Seção 1, página 108 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 141/2010, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R\$ 511.376,07, leia-se: Valor aprovado para captação: R\$ 521.876,07.

Processo Nº 58701.004544/2010-11  
No Diário Oficial da União nº 226, de 26 de novembro de 2010, na Seção 1, página 135 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 163/2010, ANEXO I, onde se lê: CNPJ: 46.523.239/0001-47, leia-se: CNPJ: 07.753.407/0001-39.

## Ministério do Meio Ambiente

### INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pela Portaria nº 318, de 26 de abril de 2010, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2010, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I, do Decreto nº 6099, de 27 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário oficial do dia subsequente, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, inciso III da Lei nº 6.938, de 21 de agosto de 1981, nos artigos 16, 17 e 21 da Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967;

Considerando o disposto na Resolução CONAMA nº 394 de 06 de novembro de 2007 que estabelece os critérios a serem considerados na determinação das espécies da fauna silvestre, cuja criação e comercialização poderá ser permitida como animais de estimação;

Considerando o que consta dos Processos nº 02001.001183/96-30, nº 2001.002162/2006-00 e nº 02001.011401/2009-57 - IBAMA/MMA.;

Considerando o art. 225, 1º, VII, da Constituição Federal de 1988, que preconiza que a fauna deve ser protegida, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade; RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira será coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para todas as etapas relativas às atividades de criação, reprodução, comercialização, manutenção, treinamento, exposição, transporte, transferências, aquisição, guarda, depósito, utilização e realização de torneios.

1º Na Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFLO e Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO e em cada Superintendência, Gerência Executiva, Escritórios Regionais e Bases Avançadas do IBAMA, haverá 1 (um) Servidor Titular e, no mínimo, 1 (um) Suplente, designados pelo Diretor, Superintendente ou Gerente Executivo respectivo, através de Ordem de Serviço, para responder pelo assunto objeto desta Instrução Normativa.

§2º As atividades de controle do manejo de passeriformes de que trata a presente Instrução Normativa, podem ser delegadas aos órgãos estaduais de meio ambiente, mediante convênio específico, sem prejuízo da competência supletiva do IBAMA para as atividades de fiscalização.

3º As hipóteses de delegação de competências de que trata o parágrafo anterior somente poderão repassar aos órgãos estaduais de meio ambiente a execução das políticas de controle, estabelecidas pelo IBAMA, resguardada a competência do órgão federal para a emissão de normas e regulamentação de sua aplicação.

§4º Somente os sistemas de controle adotados pelo IBAMA em todo o País serão aceitos para a comprovação da legalidade das atividades de criação, manutenção, treinamentos, exposição, transporte e realização de torneios com passeriformes da fauna silvestre brasileira, sendo vedado aos órgãos estaduais de meio ambiente a adoção de outras formas de registro e controle ou a omissão dos dados e das informações no sistema nacional.

Art. 2º Para o manejo referido no artigo anterior, deverão ser cadastrados no IBAMA as seguintes categorias, de conformidade com os objetivos da manutenção, se ornitológica ou comercialização:

1. CRIADOR AMADOR DE PASSERIFORMES DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA (CAP): Pessoa física que mantém em cativeiro, sem finalidade comercial, indivíduos das espécies de aves nativas da Ordem Passeriformes, descritos nos Anexos I e II desta Instrução Normativa, objetivando a contemplação, estudo e conservação de espécies de pássaros ou para desenvolvimento de tecnologia reprodutiva das espécies, com possibilidade, a critério do IBAMA, de participação em programas de conservação do patrimônio genético das espécies envolvidas.

2. CRIADOR COMERCIAL DE PASSERIFORMES DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA (CCP): Pessoa física ou jurídica que mantém e reproduz, com finalidade comercial, indivíduos das espécies de aves nativas da Ordem Passeriformes, descritos no Anexo I desta Instrução Normativa.

#### CAPÍTULO II - DO CRIADOR AMADOR DE PASSE-RIFORMES

##### DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA

Art. 3º A autorização para Criação Amadora Passeriformes tem validade anual, sempre no período de 01 de agosto a 31 de julho, devendo ser requerida nova licença 30 (trinta) dias antes da data de vencimento.

Art. 4º A solicitação de inclusão na categoria de Criador Amador de Passeriformes deverá ser realizada pela internet, através da página de Serviços On-Line do IBAMA no endereço <http://www.ibama.gov.br>.

§1º O interessado em tornar-se Criador Amador de Passeriformes não poderá ter respondido nos últimos 5 (cinco) anos ou se encontrar respondendo a processo administrativo pelas infrações ambientais relativas à fauna listados nos artigos 24, 25, 27, 28, 29 e 33 do Decreto 6.514/08.

2º Para homologação do cadastro e liberação da Autorização para Criação Amadora de Passeriformes, o interessado deverá, após realizar a solicitação descrita no caput, apresentar ao Órgão Federal de sua jurisdição cópia autenticada dos seguintes documentos:

I - Documento oficial de Identificação com foto;

II - CPF;

III - Comprovante de residência expedido nos últimos 3 (três) meses;

§3º Caso os documentos sejam entregues pessoalmente no IBAMA, fica dispensada a autenticação das cópias mediante a apresentação dos documentos originais.

§4º A Autorização para Criação Amadora de Passeriformes será efetivada somente após a confirmação do pagamento da taxa correspondente.

§5º Somente após a obtenção da Autorização, o Criador Amador de Passeriformes estará autorizado a adquirir pássaros de outros Criadores Amadores de Passeriformes já licenciados;

§6º Sempre que os dados cadastrais forem alterados, principalmente o endereço do estabelecimento, o Criador Amador de Passeriformes deverá atualizar seus dados cadastrais no sistema no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e encaminhar ao IBAMA os documentos listados nos incisos I a III do § 2º para homologação dos novos dados.

7º O não cumprimento do disposto no 5º caracteriza empecilho à fiscalização, nos termos do artigo 77 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, sujeitando o criador às sanções correspondentes.

Art. 5º Fica instituído o mínimo de 1 (uma) e o máximo de 30 (trinta) aves por criador amador.

1º Os criadores amadores que possuem, no momento da publicação desta Instrução Normativa, número de aves superior ao estipulado pelo caput deste artigo, terão prazo de 12 (doze) meses para adequação ao caput.

§2º O criadores amadores com mais de 30 (trinta) aves que desejarem se tornar criadores comerciais de passeriformes terão prazo de 12 (doze) meses para entregar toda a documentação exigida no artigo 30 da presente Instrução Normativa.

§3º Caso o criador deseje transferir aves de espécies do anexo II ou ainda aves com anilhas de clube, associação ou federação para a adequação do plantel, o pedido de transferência das aves deverá ser protocolado no IBAMA no prazo estipulado pelo § 1º.

§4º O IBAMA não aceitará pedidos de transferências de aves do Anexo II ou aves com anilhas de clube, associação ou federação após o prazo estipulado pelo § 1º.

§5º Os criadores amadores com plantel acima de 30 (trinta) aves que não tenham interesse na mudança de categoria para criador comercial nem queiram se desfazer de seu plantel excedente no prazo estipulado pelo §1º poderão permanecer como criador amador, ficando vedada a transferência e a reprodução das aves.

§6º Fica o criador amador com o plantel acima de 30 (trinta) aves obrigado a apresentar ao IBAMA, sempre que renovar a Autorização, laudo de Médico Veterinário atestando a saúde e as condições sanitárias do plantel ou apresentar comprovação da manutenção de um Responsável Técnico pelo plantel.

§7º Se o criador amador for sócio de Clube de Criadores de Passeriformes, o serviço definido no § 6º poderá ser prestado por profissional contratado pelo Clube.

§8º O criador amador que não possuir aves em seu plantel terá o registro cancelado no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Instrução Normativa.

Art. 6º Fica proibida qualquer outra atividade, relacionada à fauna, no mesmo endereço indicado pelo Criador Amador de Passeriformes no ato do seu registro

§1º O registro de criador amador é individual, proibida a duplicidade de registro de plantel em nome de um mesmo interessado

§2º Os criadores amadores em situação diversa ao estabelecido nesse artigo terão 60 (sessenta) dias a partir da publicação dessa IN para se adequarem.

§4º Decorrido o prazo do parágrafo anterior sem que tenha havido a adequação, o criador amador será suspenso, sendo vetados a reprodução, transferência e transporte das aves, até a regularização da situação perante o IBAMA, sem prejuízo às demais sanções aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º É proibida, sob pena de cassação da licença do interessado e sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais, a venda, a exposição à venda, a exportação ou qualquer transmissão a terceiros com fins econômicos de passeriformes, ovos e anilhas por parte do criador amador, assim como qualquer uso econômico dos indivíduos ou anilhas de seu plantel.

Parágrafo único - É proibida a manutenção de pássaros em estabelecimentos comerciais e áreas públicas, excetuando-se aqueles instituídos com o fim específico de comercialização dos espécimes.

Art. 8º Os exemplares do plantel do criador amador de passeriformes podem ser oriundos:

I - de criatório comercial, devidamente legalizados junto ao IBAMA e sem impedimento perante o Órgão no instante de sua venda, devendo o pássaro estar acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

II - de criador amador de passeriformes, devidamente legalizados junto ao IBAMA e sem impedimento perante o Órgão no instante de sua transferência;

III - de cessão efetuada pelo Órgão Ambiental competente, devendo o pássaro estar acompanhado do respectivo Termo.

Art. 9º Fica permitida a reprodução das aves do plantel do criador amador na quantidade máxima de 10 (dez) filhotes por ano, respeitando o número máximo de 30 (trinta) indivíduos por criador.

§1º Os criadores amadores de passeriformes só poderão reproduzir as aves de seu plantel pertencentes às espécies listadas nos Anexos I-A e I-B da presente Instrução Normativa.

§2º Em caso de reprodução em desacordo com o presente artigo, as aves nascidas deverão ser entregues ao Órgão Ambiental após 40 (quarenta) dias da data do nascimento, para fins de destinação.

§3º Em consideração ao caput, o criador amador poderá solicitar no máximo 10 (dez) anilhas por período anual, respeitando o número máximo de 30 (trinta) indivíduos por criador.

Art. 10 O Criador Amador de Passeriformes poderá efetuar e receber até 15 (quinze) transferências de pássaros por período anual de autorização.

§1º A transferência de pássaro nascido em Criadouro Amador poderá ser realizada apenas para outro Criador Amador, precedido de operação pelo SISPASS.

§2º Os criadores amadores de passeriformes só poderão transferir aves pertencentes às espécies listadas nos Anexos I-A e I-B da presente Instrução Normativa.

§3º Cada espécime poderá ser transferido 03 (três) vezes ao longo de sua vida.

Art. 11 Os Criadores Amadores de Passeriformes deverão obrigatoriamente incluir as aves oriundas de criadores comerciais no seu plantel através do SISPASS.

§1º O Criador Amador de Passeriformes poderá repassar o pássaro de origem comercial incluído em seu plantel a terceiros não cadastrados no SISPASS, desde que acompanhado da nota fiscal devidamente endossada.

§2º No caso previsto no parágrafo anterior o Criador Amador de Passeriformes deverá declarar no sistema o repasse da ave a terceiros não cadastrados no SISPASS.

Art. 12 O Criador Amador não pode requerer anilhas nem reproduzir os pássaros antes de 6 (seis) meses de cadastro no SISPASS.

Parágrafo único: O previsto no caput aplica-se inclusive para os criadores que tiveram seu cadastro cancelado e solicitaram novo cadastro na mesma atividade.

#### CAPÍTULO III - DO CRIADOR COMERCIAL DE PAS-SERIFORMES

##### DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA

Art. 13 O Criador Comercial de Passeriformes que pretenda manter cadastro como Criador Amador de Passeriformes não poderá possuir no plantel de Criador Amador exemplar de espécie para a qual possua Autorização de criação comercial.

§1º A regra anterior aplica-se tanto a pessoa física registrada como Criador Comercial de Passeriformes quanto ao sócio de pessoa jurídica que exerça a mesma atividade.

§2º O criador comercial de passeriformes da fauna silvestre brasileira que estiver em desconformidade ao descrito no caput deste artigo terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta IN para se adequar.

Art. 14 O Criador Comercial de Passeriformes não poderá exercer, no mesmo endereço ou, se for o caso, residência, outra atividade de quaisquer categorias de manejo de fauna ex-situ.

Parágrafo único - O criador comercial de passeriformes da fauna silvestre brasileira que estiver em desconformidade com este artigo terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta IN para se adequar.

Art. 15 Fica o Criador Comercial de Passeriformes obrigado a manter profissional competente no manejo de fauna silvestre e habilitado pelo respectivo conselho de classe, por meio de ART, como Responsável Técnico pelo seu plantel.

§1º É facultado ao Criador Comercial receber atendimento de Responsável Técnico contratado pelo Clube ou Associação ao qual ele é filiado, sendo limitado a quantidade de 5 (cinco) criadores por Responsável Técnico.

§2º O desligamento do responsável técnico deverá ser oficializado, devendo o empreendedor apresentar no prazo de 30 (trinta) dias a partir do desligamento cópia do contrato de assistência profissional ou da ART do novo responsável técnico na Unidade do IBAMA de sua jurisdição.

Art. 16 Toda venda realizada pelo Criador Comercial de Passeriformes deverá ser registrada no SISPASS, com número e data da Nota Fiscal, além de nome e CPF ou CNPJ do comprador.

Parágrafo Único: Caso o comprador seja Criador Amador de Passeriformes, a transferência para seu plantel será feita diretamente pelo SISPASS.

Art. 17 É vedada a transferência de espécimes em caráter de doação ou troca entre Criadores Comerciais e Amadores de Passeriformes, salvo os casos expressamente autorizados pelo IBAMA.

Art. 18 O criador comercial de passeriformes só poderá manter em seu plantel, reproduzir e comercializar espécies de passeriformes constantes no Anexo I-A desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único: A comercialização de que trata o caput só poderá ser iniciada a partir de indivíduos da primeira geração comprovadamente reproduzida no respectivo criatório comercial (F1).

#### CAPÍTULO IV - DAS ESPÉCIES A SEREM CRIADAS PELOS CRIADORES AMADORES E COMERCIAIS DE PASSERIFORMES

Art. 19 Com base em levantamento estatístico de criação e conhecimentos relacionados à reprodução em cativeiro, as espécies autorizadas para as categorias de criador amadorista e criador comercial de passeriformes divididas em 3 (três) grupos, de acordo com os Anexos I-A, I-B e II da presente Instrução Normativa:

I - O Anexo I-A corresponde às espécies que poderão ser mantidas, reproduzidas e transacionadas pelas Categorias de Criador Amador e Comercial de Passeriformes, podendo inclusive ser comercializadas pelos Criadores Comerciais de Passeriformes, mediante emissão de Nota Fiscal.

II - O Anexo I-B lista às espécies que só poderão ser mantidas, reproduzidas e transacionadas pela Categoria de Criador Amador de Passeriformes, com a finalidade de comprovar, por meio de desenvolvimento tecnológico-reprodutivo, a viabilidade de reprodução dessas espécies em escala comercial.

III - O Anexo II corresponde às espécies que tinham sua manutenção, reprodução e transação autorizada pela IN 01/2003 para os Criadores Amadores de Passeriformes, mas que, por terem apresentado baixa demanda como animal de estimação pela sociedade, ficam a partir da publicação desta Instrução Normativa proibidas de serem reproduzidas, transacionadas e de participarem de torneios, garantindo-se o direito dos Criadores Amadores de Passeriformes de manter as aves de seu plantel, que pertençam a essas espécies, até o óbito das mesmas.

§1º As anilhas vinculadas às fêmeas pertencentes às espécies listadas no Anexo II deverão ser entregues ao IBAMA.

§2º O IBAMA analisará a possibilidade de inclusão das espécies listadas atualmente no Anexo I-B para o Anexo I-A, mediante estudos e justificativas técnicas que comprovem a viabilidade de reprodução dessas espécies em escala comercial.

§3º O IBAMA analisará a possibilidade de inclusão das espécies listadas atualmente no Anexo II no Anexo I-B, mediante a entrega, no prazo máximo de até 01 (um) ano após a publicação desta Instrução Normativa, de justificativas técnicas que comprovem o atendimento aos critérios estipulados no artigo 4º da Resolução CONAMA nº. 394/2007.

§4º O IBAMA poderá submeter as justificativas técnicas previstas nos §2º e §3º à análise de outras instituições e especialistas quando julgar necessário.

§5º Caso seja comprovado que a espécie atende ao disposto nos §2º e §3º, a alteração será procedida em Instrução Normativa.



## CAPÍTULO V - DA ATIVIDADE DOS CRIADORES AMADORES E COMERCIAIS DE PASSERIFORMES

Art. 20 Todos os Criadores Amadores e Comerciais de Passeriformes deverão:

I - Manter permanentemente seus exemplares no endereço de seu cadastro, ressalvadas as movimentações autorizadas.

II - Manter todos os pássaros do seu plantel devidamente anilhados com anilhas invioláveis, não adulteradas, fornecidas pelo IBAMA, por federações até o ano de 2001 ou por criadores comerciais autorizados.

III - Portar relação de passeriformes atualizada no endereço do plantel, conforme modelo do anexo III.

Parágrafo Único: Os pássaros anilhados com anilhas invioláveis originários de criadores comerciais autorizados deverão estar acompanhados de sua respectiva Nota Fiscal.

Art. 21 Os Criadores Amadores e Comerciais de Passeriformes deverão atualizar os seus dados e do seu plantel por meio do Sistema de Cadastro de Passeriformes - SISPASS, que tem por objetivo a gestão das informações referentes às atividades de manutenção e criação de passeriformes.

§1º O SISPASS está disponível na rede mundial de computadores através da página de Serviços On-Line do IBAMA no endereço <http://www.ibama.gov.br>.

2º As informações constantes no SISPASS são de responsabilidade do criador, que responderá por omissão ou declarações falsas ou diversas conforme previsto no Art. 299 do Código Penal Brasileiro, bem como pela infração administrativa prevista no Art.31 do Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008

§3º A senha de acesso ao SISPASS é pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do criador.

4º O criador que porventura venha a extraviar a senha deverá solicitar uma nova, pessoalmente ou por meio de procuração específica por instrumento público à unidade do IBAMA de sua circunscrição.

5º A atualização dos dados do plantel no SISPASS deve ser feita no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a alteração ocorrida.

6º As movimentações de transferência, venda, transporte e pareamento devem ser precedidas da operação via SISPASS.

Art. 22 Os Criadores Amadores e os Criadores Comerciais de Passeriformes solicitarão a liberação de numeração de anilhas via SISPASS.

§1º Aprovada pelo IBAMA ou órgão conveniado, a relação com as numerações das anilhas será enviada às fábricas cadastradas, para confecção de anilhas invioláveis atendendo especificações técnicas estabelecidas pelo IBAMA e consequente aquisição e pagamento diretamente ao fabricante.

§2º É facultado aos servidores do Órgão Ambiental realizar a entrega das anilhas solicitadas presencialmente no endereço do criador, mediante verificação do nascimento dos filhotes.

§3º A entrega presencial prevista no parágrafo anterior será realizada no prazo de até 10(dez) dias após a declaração de postura, conforme o artigo 23 da presente Instrução Normativa.

§4º Haverá vinculação das anilhas às fêmeas no momento da solicitação das anilhas, podendo ser retificada no instante da declaração de nascimento do filhote.

§5º Em caso de óbito da fêmea com anilhas vinculadas, o criador deverá entregar as anilhas ao IBAMA que promoverá o registro da devolução no sistema e a destruição física das anilhas.

§6º As anilhas não utilizadas no final do período anual deverão ser entregues ao IBAMA ou revalidadas para o próximo período.

§7º O criador que possuir pendências relativas aos §5º e §6º não receberá anilhas até a regularização.

§8º As anilhas entregues ao criador que ainda não foram utilizadas para o anilhamento de filhotes deverão, obrigatoriamente, ser mantidas no endereço de seu plantel.

9º O criador que fizer declaração falsa de nascimento terá sua atividade suspensa preventivamente, sem prejuízo das demais sanções previstas no parágrafo único do art. 31 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 23 O criador deverá declarar no SISPASS a postura dos ovos pela fêmea, informando a quantidade de ovos.

1º A declaração descrita no caput deverá ser feita em até 48 (quarenta e oito) horas após a postura do primeiro ovo.

§2º A quantidade de ovos declarados na postura poderá ser alterada para quantidade inferior à declarada inicialmente à qualquer momento, fundamentadamente, até a declaração de nascimento dos filhotes.

Art. 24 O criador deverá declarar no SISPASS o nascimento dos filhotes, em quantidade idêntica à declaração de postura da ave-mãe.

§1º O anilhamento dos filhotes deve ser efetuado em até 10 (dez) dias após o nascimento.

§2º A declaração de nascimento deverá ser efetuada no prazo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência.

§3º Caso o anilhamento descrito no § 1º não seja efetuado no prazo estipulado, os filhotes não anilhados deverão ser entregues ao Órgão Ambiental.

Art. 25 Para os criadores amadores e comerciais de passeriformes, é proibida a reprodução:

I - De pássaro não inscrito no SISPASS;

II - De pássaro com idade declarada no sistema inferior a 10 (dez) meses;

III - Sem prévio requerimento de anilhas;

IV - Em quantidade superior às anilhas requeridas;

V - De espécies do Anexo II da presente Instrução Normativa;

Parágrafo Único: Em caso de reprodução em desacordo com o presente artigo, as aves nascidas deverão ser entregues ao Órgão Ambiental após 40 (quarenta) dias da data do nascimento, para fins de destinação.

Art. 26 É proibido o cruzamento ou manipulação genética para criação de híbridos, bem como a manutenção de aves híbridas ou alteradas geneticamente.

Art. 27 Após a efetivação da transferência, a ave transferida deverá permanecer no mínimo 90 (noventa) dias no plantel do criador que a recebeu antes de nova transferência.

§1º Os pássaros só poderão ser vendidos ou transferidos a partir de 35 (trinta e cinco) dias da data declarada de seu nascimento.

§2º É proibida a transferência de aves anilhadas com anilhas de clube, associação ou federação, ou ainda de aves de espécies constantes no Anexo II da presente Instrução Normativa.

§3º O IBAMA poderá requerer justificativas sobre as transferências realizadas, e, caso julgue necessário, requerer o cancelamento das mesmas.

Art. 28 Fica vedada a transferência, venda, aquisição e reprodução das espécies constantes no Anexo II desta IN.

Parágrafo Único: A desobediência ao que estabelece o caput deste artigo implica em embargo da atividade do criador, sem prejuízo das sanções prevista no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

## CAPÍTULO V - DA MUDANÇA DE CATEGORIA

Art. 29 O Criador Amador de Passeriformes, devidamente licenciado, que solicitar a modificação de seu registro para a categoria de criador comercial de passeriformes, estará dispensado das obtenções de AP (Autorização Prévia) e AI (Autorização de Instalação).

Parágrafo Único: O interessado em tornar-se Criador Comercial de Passeriformes não poderá ter respondido nos últimos 5 (cinco) anos ou se encontrar respondendo a processo administrativo pelas infrações ambientais relativos à fauna previstas nos artigos 24, 25, 27, 28, 29 e 33 do Decreto 6.514/08.

Art. 30 Para obtenção da AF (Autorização de Funcionamento), o Criador Amador de Passeriformes devidamente licenciado que optar pela transformação dessa categoria em Criador Comercial, deverá apresentar um projeto técnico à unidade do IBAMA com jurisdição na área, instruído com os seguintes documentos:

I - cópia dos documentos de identificação (R.G. e C.P.F. da pessoa física ou CNPJ da pessoa jurídica) do interessado;

II - croqui de acesso à propriedade;

III - ato administrativo emitido pelo município que declare que a atividade pretendida pode ser desenvolvida no endereço solicitado.

IV - memorial descritivo das instalações (dimensões do local de manutenção, o plantel, dimensões das gaiolas e viveiros, sistemas contra fugas, densidade de ocupação e equipamentos) e das medidas higiênicas-sanitárias;

V - Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica -ART junto ao conselho de classe do Responsável Técnico pelo plantel.

VI - declaração do criador de que as informações referentes ao seu plantel constantes no Sistema de Cadastro de Passeriformes - SISPASS são verdadeiras;

VII - Identificação/marcação do criatório comercial a ser empregada no modelo de anilha que deverá conter a sigla do respectivo estado - dois dígitos, letras indicando a abreviatura do respectivo criador - cinco dígitos, número indicando o diâmetro interno da anilha - dois dígitos, e numeração seqüencial - cinco dígitos.

VIII - Listagem das espécies de passeriformes da fauna silvestre brasileira que o empreendimento deseja autorização para criar, as quais deverão estar listadas no Anexo I-A da presente Instrução Normativa;

IX - Listagem dos indivíduos do plantel pertencentes às espécies de passeriformes da fauna silvestre brasileira que o empreendimento deseja autorização para criar, discriminando a marcação e a espécie dos indivíduos.

§1º O município, através de ato oficial específico, poderá dispensar coletivamente os criatórios comerciais de passeriformes do documento solicitado no inciso III do presente artigo.

§2º O memorial descritivo de que trata o inciso IV deverá ser elaborado e assinado por profissional competente no manejo de fauna silvestre e habilitado no respectivo conselho de classe, por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

§3º As instalações destinadas à manutenção dos pássaros mencionadas no inciso IV devem prever área fechada e destinada exclusivamente para esta finalidade.

§4º Nos casos do responsável técnico não ser Médico Veterinário, o empreendimento deverá apresentar declaração de assistência veterinária.

§5º Todos os indivíduos listados conforme o inciso IX serão excluídos do plantel de origem e cadastrados no plantel do criatório comercial de passeriformes.

§6º Sempre que julgar necessário, o IBAMA poderá realizar vistoria no criatório antes da emissão da AF (Autorização de Funcionamento).

§7º O Órgão Ambiental competente para autorizar o funcionamento do Criatório é o IBAMA, através da unidade administrativa que tiver o empreendimento sob sua jurisdição, ou o órgão estadual, em caso de realização de convênio, na forma do art. 1º, § 2º.

§8º O Órgão Ambiental competente emitirá a AF (Autorização de Funcionamento) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias desde a entrega, pelo interessado, de todos os documentos necessários para a instrução do processo.

§ 9º A AF (Autorização de Funcionamento) conterá os dados do empreendimento, do proprietário, a

conter os dados do empreendimento, do proprietário, a categoria, o responsável técnico e as espécies autorizadas para a criação.

Art. 31 Todos os criadores amadores e comerciais deverão se cadastrar na categoria 20.23 do Cadastro Técnico Federal - Uso de Recursos Naturais, Criação Comercial de Fauna Silvestre Nativa e Exótica.

## CAPÍTULO VI - DO TRANSITO E TREINAMENTO

Art. 32 Todo Criador Amador ou Comercial de Passeriformes, para assegurar o livre trânsito dos pássaros, deverá:

I - portar a relação de passeriformes atualizada, constando o espécime transportado;

II - portar documento oficial de identificação com foto e CPF do Criador;

§1º Fica proibida a permanência das aves em locais sem a devida proteção contra intempéries, e logradouros públicos ou praças.

§2º Fica proibida a permanência de pássaros em estabelecimentos comerciais, excetuando-se os estabelecimentos instituídos para fim específico de comercialização dos espécimes.

§3º Fica proibido o trânsito de aves com idade inferior a 35 (trinta e cinco) dias.

Art. 33 Em casos de permanência da ave por mais de 24 (vinte e quatro) horas fora do endereço do plantel, o criador deverá portar, além dos documentos relacionados no artigo 31, a Autorização de Transporte, conforme Anexo V, emitida via SISPASS.

1º A situação prevista no caput é permitida exclusivamente para participação em torneios de canto e treinamento autorizados.

§2º O Criador deverá manter cópia da Autorização de Transporte no endereço do criatório e portar o original junto à ave transportada.

§3º A Autorização de Transporte tem validade máxima de 30 (tinta) dias.

§4º A permanência da ave fora do endereço do plantel fica limitada a 90 (noventa) dias por período de licença.

§ 5º O previsto neste artigo também se aplica nos casos de mudança de endereço do criatório.

Art. 34 Para fins desta Instrução Normativa entende-se por treinamento:

I - a utilização de equipamento sonoro para reprodução de canto com fins de treinamento de outro pássaro;

II - a utilização de um pássaro adulto para ensinamento de canto a outro pássaro;

III - a reunião de pássaros adultos para troca de experiências de canto, desde que em local fechado e que não propicie a visitação pública.

§1º Fica proibido o uso de caixa acústica e de equipamento sonoro contínuo de alta intensidade.

§2º Fica proibido o deslocamento de pássaros do criatório visando à estimulação e resgate de características comportamentais inatas à espécie, utilizando-se o ambiente natural.

§3º Fica proibido o treinamento de pássaros no domicílio de outro criador, inclusive para fins reprodutivos.

## CAPÍTULO VII - DO ROUBO, FURTO, FUGA E ÓBITO

Art. 35 Em caso de roubo, furto, fuga ou óbito de pássaro inscrito no SISPASS, o criador deverá comunicar o evento ao órgão Ambiental, via SISPASS, em 48 (quarenta e oito) horas.

1º Em caso de roubo ou furto, além da providência do caput desse artigo, o criador deve lavar ocorrência policial em 48 (quarenta e oito) horas desde o conhecimento do evento, informando as marcações e espécies dos animais.

§2º O criador deverá entregar cópia do Boletim de Ocorrência (B.O.) ao IBAMA no prazo de 30 (trinta) dias desde a sua emissão.

§4º Em caso de óbito da ave, a anilha do pássaro deverá ser devolvida em 30 (trinta) dias desde o comunicado do óbito via SISPASS.

5º Caso os documentos exigidos no presente artigo não sejam entregues ao Órgão Ambiental no prazo de 30 (trinta) dias, será caracterizado o exercício da atividade em desacordo com a autorização concedida pelo IBAMA, sujeitando o Criador à suspensão imediata do registro para todos os fins, além das demais sanções previstas no Decreto nº 6.514/08.

Art. 36 Em caso de fuga ou óbito de mais de 30% do plantel durante o período anual, o registro será suspenso automaticamente, até que seja apresentado documento particular descrevendo a situação da fuga e instruído com fotos, ou atestado de Responsável Técnico (RT) declarando as ocorrências.

§1º A justificativa será julgada no prazo de 30 (trinta) dias, podendo resultar na aceitação das justificativas apresentadas ou no cancelamento definitivo do registro.

§2º Este artigo se aplica somente nos casos de fuga ou óbito de 05 (cinco) ou mais aves no período anual.

Art. 37 Em caso de declarações de roubo, furto ou fuga reiteradas, o criador poderá ser submetido à fiscalização, e se não restar justificada a situação, o criador poderá ter seu registro suspenso,

## CAPÍTULO VIII - DA MANUTENÇÃO DOS ANIMAIS

Art. 38 As aves serão mantidas em viveiros ou gaiolas que obrigatoriamente deverão conter:

I - Água disponível e limpa para dessedentação;

II - Poleiros em diferentes diâmetros, de madeira ou material similar que permita o pouso equilibrado do espécime;

III - Alimentos adequados e disponíveis;

IV - Banheira para banho;

V - Higiene, não sendo permitido o acúmulo de fezes relativas a mais de um dia sem limpeza.

VI - Local arejado e com temperatura amena, protegido de sol, vento e chuvas.

§1º Em cada gaiola ou viveiro deverá estar afixada uma plaqueta informando a espécie e a anilha da ave ou das aves cativas no local.

§2º No caso de manutenção dos pássaros em viveiros, estes deverão apresentar área de cambiamento.

Art. 39 Os viveiros ou gaiolas devem permitir que as aves cativas possam executar, ao menos, pequenos vôos.

#### CAPÍTULO IX - DAS ENTIDADES ASSOCIATIVAS, TORNEIOS DE CANTO E EXPOSIÇÕES

Art. 40 É facultado aos criadores amadores e comerciais de passeriformes organizarem-se em clubes, federações e confederações.

§1º As entidades associativas de que trata este artigo têm legitimidade para representar seus filiados perante o Órgão Ambiental.

§2º As entidades associativas de que trata este artigo deverão registrar-se junto ao IBAMA, encaminhando à Unidade de sua jurisdição requerimento instruído com os seguintes documentos:

I - cópia autenticada de seu ato constitutivo ou estatuto;

II - cópia autenticada da ata de eleição e posse de seus dirigentes ou de outro documento que demonstre a regularidade de sua representação;

III - cópia autenticada do documento oficial de identificação com foto, do CPF e de comprovante de residência, do mês atual ou do mês anterior, do responsável legal pela respectiva entidade;

IV - balancete dos 3 (três) últimos anos ou desde a data de sua fundação, caso possua menos de 3 (três) anos de funcionamento.

V - alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal ou distrital onde a entidade tenha sede;

VI - comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal.

§3º As entidades de que trata este artigo deverão entregar anualmente ao Órgão Ambiental relação com nome e CPF de seus associados e, sendo requeridas, as demais informações cadastrais que possuir sobre os mesmos.

§4º As entidades de que trata este artigo deverão comunicar ao Órgão Ambiental, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações que ocorrerem em seus atos constitutivos, quaisquer modificações relacionadas a seu endereço de funcionamento, bem como mudanças na composição de seus órgãos diretivos e em sua representação legal, instruindo tal comunicado com cópia dos respectivos documentos comprobatórios.

Art. 41 Os torneios apenas poderão ser organizados e promovidos por entidades associativas devidamente cadastradas no IBAMA.

§1º Os organizadores dos torneios deverão apresentar calendário anual à unidade do IBAMA da circunscrição onde será realizado o torneio para aprovação, no mínimo 90 (noventa) dias antes da data do primeiro torneio.

I - O calendário deverá conter relação das espécies que participarão do evento, sendo estas restritas àquelas presentes nos Anexos I-A e I-B;

II - O calendário deverá conter relação com as datas e endereços completos dos locais dos eventos;

§2º Após a análise da proposta de calendário anual pelas Superintendências, Gerências Executivas, Escritórios Regionais do IBAMA ou Bases Avançadas, será emitida autorização conforme Anexo IV, onde constarão os eventos previstos com suas respectivas datas, localizações e espécies contempladas.

§4º A Autorização somente será válida se acompanhada do responsável técnico (RT).

§5º Será de inteira responsabilidade dos organizadores do torneio atender às exigências de segurança e alvarás de liberação do evento, quando for o caso.

§6º Havendo necessidade de modificação de alguma data constante no calendário anual aprovado, o IBAMA deverá ser comunicado oficialmente com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para fins de emissão de nova autorização.

§7º Os torneios devem ser realizados em locais adequados, com condições básicas de higiene, bem arejados e devidamente protegidos de ventos, chuvas e sol, devendo ter um Médico Veterinário responsável que deverá estar presente durante todo o evento.

§8º A critério dos organizadores, os criadores comerciais de passeriformes poderão expor à venda, no local dos eventos, o produto de sua respectiva criação acompanhados de respectiva nota fiscal de saída ou trânsito.

§9º Os organizadores deverão demarcar os recintos para as provas e a área de circulação de seu entorno que estará sob sua responsabilidade e controle.

§10º A demarcação de recintos e áreas de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita mediante aproveitamento de grades, muros ou construções existentes nos locais, bem como pela instalação de tapumes e cercas.

Art. 42 Somente poderão participar de torneios os Criadores Amadores de Passeriformes e Criadores Comerciais de Passeriformes devidamente cadastrados no IBAMA, em situação regular e com aves registradas no SISPASS, ficando sob a responsabilidade da entidade organizadora do evento a homologação da inscrição dos criadores participantes.

§1º As aves com anilhas de federação somente poderão participar de torneios até 31 de dezembro de 2016.

§2º Somente será permitida a presença, no local do evento, de pássaros com idade igual ou superior a 6 (seis) meses e das espécies contempladas na autorização.

§3º Somente poderão participar pássaros oriundos de Criador Amador de Passeriformes com anilhas fechadas invioláveis fornecidas pelo IBAMA ou de Criadores Comerciais de Passeriformes com anilhas fechadas invioláveis, salvo o previsto no §1º.

§4º Os pássaros presentes no evento deverão estar acompanhados do Criador registrado e devem obrigatoriamente constar na relação atualizada do SISPASS.

§5º No local ou recinto destinado à realização de prova, apenas poderão estar presentes pássaros devidamente inscritos na respectiva modalidade que ali se realizará, e seus acompanhantes.

§6º É proibida a permanência de pássaro não inscrito no torneio, como participante ou acompanhante, na área delimitada para circulação dos visitantes que estiver sob controle da organização, demarcada na forma do §10º do artigo 41.

Art. 43 Os organizadores dos torneios e exposições, bem como todos os Criadores Amadores e Comerciais de Passeriformes participantes devem zelar para que estes eventos se realizem em estrita obediência às leis e atos normativos ambientais, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal quando se constatadas irregularidades, tais como:

I - Prática de comércio ilegal, caracterizado como tráfico, dentro do local do evento; II - Presença de aves sem anilhas, anilhas violadas ou adulteradas;

III - Presença de pássaros não autorizados ou com idade inferior à permitida; IV - Existência de relações de passeriformes adulteradas;

V - Existência de anilhas com diâmetros incompatíveis com o tarso da ave ou em desacordo com as especificações contidas na Relação de Passeriformes;

VI - Presença de pássaros com anilhas de Clubes/Federações após 31 de dezembro de 2016; VII - Ausência da via original da Autorização expedida pelo IBAMA, ou da Anotação de Responsabilidade Técnica do evento.

VIII - gaiolas não identificadas.

1º As entidades organizadoras dos torneios serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente quando tiverem concorrido, por ação ou omissão, para a ocorrência de irregularidades listadas no caput nas áreas delimitadas que estiverem sob controle da organização.

§2º As operações de fiscalização dos torneios deverão ser realizadas preferencialmente no final do evento.

Art. 44 Os Criadores Comerciais de Passeriformes poderão realizar, individualmente ou através da entidade associativa que os representam, exposições das aves de seu plantel, para fins comerciais e educativos, mediante prévia autorização do IBAMA.

§1º Deverá ser protocolado na unidade do IBAMA de sua jurisdição, no mínimo 30 (trinta) dias antes da data do evento, requerimento de autorização para a exposição, constando a data, horário e local do evento, além de relação dos espécimes que serão expostos, com descrição das anilhas, sexo e espécie dos mesmos.

§2º Após a análise do requerimento pelo IBAMA, será emitida, até 15 (quinze) dias antes da data da exposição, autorização constando a data, horário e o local do evento, e a relação dos espécimes a serem expostos.

§5º Será de inteira responsabilidade dos organizadores da exposição atender às exigências de segurança e alvarás de liberação do evento, quando for o caso.

§6º As exposições deverão ser realizadas em locais adequados, com condições básicas de higiene, bem arejados e devidamente protegidos de ventos, chuvas e sol, devendo ter um Médico Veterinário responsável que deverá estar presente durante todo o evento.

§7º Não será permitida a presença de aves com anilha IBAMA ou anilhas de federação no local do evento.

#### CAPÍTULO X - DA REQUISICÃO PARA PROGRAMAS CONSERVACIONISTAS

Art. 45 O IBAMA poderá requisitar, a qualquer momento, espécimes dos plantéis dos criadores a serem destinados a projetos de recuperação populacionais in situ ou ex situ, executados pelo Governo Federal ou em parceria com instituições públicas ou privadas de cunho conservacionista.

1º Os atos de requisição e de destinação de que tratam o caput deverão ser justificados, indicando expressamente o projeto e o número de espécimes por espécie necessários e, ainda, ser subscritos pelo Presidente do IBAMA ou pelo Superintendente do respectivo Estado da Federação ou do Distrito Federal.

2º A requisição descrita no caput não poderá superar 10% do plantel de pássaros do criador, identificados com anilhas da criação de passeriformes, por período de licença.

§3º Caberá ao Criador escolher, dentre os animais saudáveis, os espécimes de seu plantel que serão destinados, atendendo às determinações constantes do ato de requisição relacionadas à espécie, ao sexo e à idade desses exemplares.

§4º Visando a disponibilização voluntária, o Criador de Passeriformes poderá espontaneamente cadastrar espécimes de sua criação, indicando quantidade por espécie, em banco de dados a ser disponibilizado, objetivando apoiar programas de reintrodução/repovoamento implementados ou aprovados pelo IBAMA.

#### CAPÍTULO XI - DAS VISTORIAS, FISCALIZAÇÕES E PENALIDADES

Art. 46 O IBAMA poderá, a qualquer tempo, solicitar a coleta de material biológico para comprovação de paternidade das aves relacionadas na Relação de Passeriformes.

Art. 47 As ações de vistoria ou de fiscalização poderão ocorrer a qualquer tempo, sem notificação prévia, objetivando-se constatar a observância à legislação vigente, obrigando-se o criador a não opor obstáculos, ressalvados os horários previstos em Lei.

§1º Para fins de constatação do código da anilha o pássaro deverá ser contido preferencialmente pelo criador ou, em caso de recusa, pelo agente do SISNAMA.

2º A autorização de Criador Amador ou Comercial de Passeriformes será imediatamente suspensa com indicação para cancelamento, e o plantel recolhido caso o Criador Amador de Passeriformes dificulte ou impeça a ação de vistoria ou fiscalização prevista no caput deste artigo, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na legislação aplicável.

Art. 48 A inobservância desta Instrução Normativa implicará na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008, e demais normas pertinentes.

1º Em caso de comprovação de ilegalidade grave, que configure a manutenção em cativeiro de espécimes da fauna silvestre sem origem legal comprovada ou a adulteração ou falsificação de documentos, informações ou anilhas, as atividades de todo o Criador serão embargadas cautelarmente, suspendendo-se o acesso ao Sistema de controle e a movimentação, a qualquer título, de todo o plantel, sem prejuízo das demais sanções previstas no Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008.

2º Constatada da infração descrita no 1º, nos termos do 6º do artigo 24 do Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008, a multa será aplicada considerando a totalidade do objeto da fiscalização, procedendo-se a apreensão de todos os espécimes irregulares e a indisponibilidade do restante do plantel, que não apresentar irregularidade, do qual o Criador ficará como Fiel Depositário até o julgamento do processo administrativo.

3º As irregularidades de caráter administrativo sanáveis, que não caracterizem a infração descrita no 1º, devem ser objeto de prévia notificação ao interessado, para que sejam corrigidas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de caracterizar a infração estabelecida no art. 80 do Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008 e aplicação das respectivas sanções.

§4º O criador que tiver suas atividades embargadas fica proibido de participar de torneios, realizar reprodução, venda, transferência, transporte ou qualquer movimentação das aves de seu plantel, salvo nos casos expressamente autorizados pelo IBAMA, fundamentada a decisão a autoridade que emitir a autorização.

§6º Após o saneamento das irregularidades atuadas, o criador poderá requerer a suspensão do embargo.

Art. 49 A Autoridade Julgadora ou o Superintendente do Estado em que o Criador Amador ou Comercial de Passeriformes está registrado, observado o devido processo legal e a ampla defesa, poderá aplicar, concomitantemente com as sanções pecuniárias, o cancelamento da autorização do criador atuado, conforme o previsto no Decreto nº 6.514/08.

Parágrafo único. O cancelamento da autorização implica no recolhimento de todo o plantel do criador.

Art. 50 O IBAMA poderá cadastrar Criadores Amadoristas de Passeriformes interessados como fiéis depositários, para o depósito de pássaros apreendidos até a destinação final a ser realizada após todo o trâmite do processo.

Parágrafo Único: Se não houver risco de dispersão dos exemplares e desde que não esteja caracterizado crime ambiental, o IBAMA poderá manter os pássaros apreendidos com o respectivo criador amador de passeriformes, que se responsabilizará por sua guarda e conservação através do Termo de Depósito próprio, até decisão final da defesa ou do recurso administrativo.

#### CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 O IBAMA poderá proceder ao agendamento para o atendimento aos Criadores Amadores ou Comerciais de Passeriformes.

Art. 52 O IBAMA poderá bloquear preventivamente e provisoriamente o acesso do Criador Amador ou Comercial de Passeriformes ao SISPASS, na eminência de vistorias e fiscalizações no local de manutenção do plantel.

Parágrafo Único: O bloqueio descrito no caput não poderá ser prolongar por mais de 5 (cinco) dias.

Art. 53 As entidades associativas dos criadores amadores e comerciais de passeriformes só poderão ter acesso à senha de acesso ao SISPASS dos criadores mediante procuração específica para tal fim, ficando o criador e a entidade mutuamente responsáveis por qualquer irregularidade ou operação indevida praticada no sistema.

Art. 54 Os criadores amadores de passeriformes que não compareceram ao IBAMA para fins da atualização cadastral estipulada pela IN 161/07 terão prazo final e improrrogável de 90 (noventa) dias após a publicação desta IN para se regularizarem, independente de notificação individual.

1º Para fins da regularização mencionada no caput, o criador deverá comparecer ao IBAMA apresentando os documentos previstos no artigo 4º desta Instrução Normativa.

2º Os criadores que se encontram na situação descrita no caput e não realizarem a atualização cadastral prevista neste artigo, no prazo estabelecido, terão sua autorização cancelada.

Art. 55 Em caso de desistência da atividade por criador em situação regular perante o IBAMA, cabe ao próprio criador promover a transferência do plantel a outros criadores, e em seguida solicitar o cancelamento de seu cadastro via SISPASS.

§1º Em caso de desistência da atividade que se encontrar embargada, o criador deverá oficializar sua intenção a representação do IBAMA da Unidade Federada onde mantiver endereço, que promoverá o repasse das aves a outros criadores devidamente registrados e em seguida realizará o cancelamento de seu registro.

§2º Em caso de morte do criador, aos herdeiros ou ao inventariante, requerer ao órgão ambiental o cancelamento do cadastro do criador e a transferência do plantel aos criadores escolhidos pela própria família.

§3º Terá preferência na destinação o sucessor do morto que for cadastrado como criador de passeriformes.

§4º Os pássaros portadores de anilhas que não possam ser transferidas a outros criadores amadores serão, nos casos descritos no caput, entregues ao Órgão Ambiental, salvo na ocorrência da hipótese prevista no §3º



Art. 56 Em nenhuma hipótese aves oriundas de Criadores de Passeriformes poderão ser soltas, salvo autorização expressa do IBAMA em conformidade com Instrução Normativa IBAMA nº 179/2008.

Parágrafo Único. Tanto o IBAMA como os outros órgãos fiscalizadores não poderão efetuar solturas aleatórias de pássaros oriundos de Criador de Passeriformes cadastrados.

Art. 57 Os criadores de aves não-passeriformes portadoras de anilhas abertas, registrados com base na Portaria IBDF nº 31-P de 13 de dezembro de 1976, que possuam documentação comprobatória, deverão se adequar à categoria de Criador Amador de Passeriformes segundo a Instrução Normativa 169/2008.

Art. 58 Está assegurado aos Criadores Amadores de Passeriformes o direito de permanência de aves portadoras de anilhas abertas, registrados com base na Portaria IBDF nº 31-P de 13 de dezembro de 1976 e que possuam documentação comprobatória, passeriformes portadores de anilhas abertas registrados de conformidade com a Portaria IBAMA nº 131-P de 05 de maio de 1988 e passeriformes das espécies listadas no Anexo II que já pertenciam a plantéis de Criador Amador de Passeriformes devidamente registrados no SISPASS.

§1º Os passeriformes portadores de anilhas abertas, registrados com base na Portaria IBDF nº 31-P de 13 de dezembro de 1976 e na Portaria IBAMA nº 131-P de 05 de maio de 1988, que possuam documentação comprobatória, não poderão participar de torneios ou transitar fora do endereço declarado pelos mantenedores, assim como não poderão ser transferidos para terceiros.

§2º Na hipótese de óbito de algum espécime nestas condições, caberá ao Criador Amador de Passeriformes registrar no SISPASS a ocorrência, além de encaminhar a respectiva anilha ao IBAMA, para fins de baixa na relação de passeriformes.

§3º O IBAMA considerará a longevidade das espécies dos espécimes informados, para fins de fiscalização.

Art. 59 No mês de junho de cada ano será realizado um simpósio entre o IBAMA - DBFLO e DIPRO - e os representantes das Federações e Confederação ornitológicas para avaliação de desempenho, de resultados e conhecimento de eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das normas, visando ajustamento de condutas e aprimoramento sistemático do processo.

Art. 60 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Presidência, ouvida a Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFLO.

Art. 61 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo Único: O artigos 16, 22, 23, 29, 30, 31, 35, e 36 da presente Instrução Normativa somente entrarão em vigor após a completa implantação do novo Sistema de Gestão da Criação de Passeriformes - SISPASS

Art. 62 Ficam revogadas a Instrução Normativa nº 08 de 13 de abril de 2009; a Instrução Normativa nº 03 de 05 de fevereiro de 2009; a Instrução Normativa nº 213 de 18 de dezembro de 2008; a Instrução Normativa nº 208 de 21 de novembro de 2008; a Portaria Normativa nº 22 de 29 de julho de 2008; a Portaria Normativa nº 51 de 13 de novembro de 2007; a Instrução Normativa nº 161 de 30 de abril de 2007; a Instrução Normativa nº 98 de 05 de abril de 2006; a Instrução Normativa nº 82 de 30 de dezembro de 2005; a Instrução Normativa nº 01 de 24 de janeiro de 2003; a Portaria Normativa nº 57 de 11 de julho 1996; a Portaria Normativa nº 631/91-P de 18 de março de 1991; a Portaria Normativa nº 101, de 29 de setembro de 1994; e o inciso I do artigo 1º e o artigo 2º da Portaria IBDF nº 409-P de 27 de outubro de 1982.

ABELARDO BAYMA

#### ANEXO I-A

Foi utilizada a seqüência taxonômica e a nomenclatura presente do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos/Sociedade Brasileira de Ornitologia.

Nome Científico	Nome Comum	Diâmetro Interno Anilha (mm)
Emberizidae		
<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	2,8
<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra	2,8
<i>Sporophila lineola</i>	bigodinho	2,2
<i>Sporophila caerulea</i>	coleiro-papa-capim	2,2
<i>Oryzoborus maximiliani</i>	bicudo-verdadeiro	3,0
<i>Oryzoborus angolensis</i>	curió	2,6
<i>Sporophila frontalis</i>	pichochó	2,6
Cardinalidae		
<i>Cyanoloxia brissonii</i>	azulão verdadeiro	2,8
Fringillidae		
<i>Carduelis magellanicus</i>	pintassilgo	2,4

#### ANEXO I-B

Foi utilizada a seqüência taxonômica e a nomenclatura presente do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos/Sociedade Brasileira de Ornitologia.

Nome Científico	Nome Comum	Diâmetro Interno Anilha (mm)
Cardinalidae		
<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro	3,5
Icteridae		
<i>Gnorimopsar chopi</i>	graúna, chopim	4,0
Turdidae		
<i>Turdus rufoventris</i>	Sabiá-laranjeira	4,0

#### ANEXO II

Nome Científico	Nome Comum	Diâmetro Interno Anilha (mm)
Turdidae		
<i>Cichlopsis leucogenys</i>	sabiá-castanho	4,0
<i>Turdus albicollis</i>	sabiá-coleira	4,0
<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca	4,0
<i>Turdus flavipes</i>	sabiá-una	4,0
<i>Turdus fumigatus</i>	sabiá-da-mata	4,0
<i>Turdus ignobilis</i>	caraxué-de-bico-preto	3,0
<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco	4,0
<i>Turdus subalaris</i>	sabiá-ferreiro	3,5
Mimidae		
<i>Mimus gilvus</i>	sabiá-da-praia	3,5
<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	4,0
Coerebidae		
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	2,2
Thraupidae		
<i>Cissopis leverianus</i>	tietinga	3,5
<i>Habia rubica</i>	tiê-do-mato-grosso	3,5
<i>Orthogonys chloricterus</i>	catirumbava	2,4
<i>Pipraeidea melanota</i>	saíra-viúva	2,0
<i>Piranga flava</i>	sanhaçu-de-fogo	3,0
<i>Ramphocelus bresilius</i>	tiê-sangue	3,0
<i>Ramphocelus carbo</i>	pipira-vermelha	2,8
<i>Ramphocelus nigrogularis</i>	pipira-de-máscara	2,4
<i>Schistochlamys melanops</i>	sanhaçu-de-coleira	3,0
<i>Schistochlamys ruficapillus</i>	bico-de-veludo	3,0
<i>Stephanophorus diadematus</i>	sanhaçu-frade	2,8
<i>Tachyphonus coronatus</i>	tiê-preto	3,0
<i>Tachyphonus cristatus</i>	tiê-galo	3,0
<i>Tachyphonus rufus</i>	pipira-preta	3,5
<i>Tachyphonus surinamus</i>	tem-tem-de-topete-ferrugíneo	3,2
<i>Tangara chilensis</i>	sete-cores-da-amazônia	2,2
<i>Tangara cyanocephala</i>	saíra-militar	2,0
<i>Tangara desmaresti</i>	saíra-lagarta	2,0
<i>Tangara fastuosa</i>	pintor-verdadeiro	2,6
<i>Tangara mexicana</i>	saíra-de-bando	2,8
<i>Tangara seledon</i>	saíra-sete-cores	2,6
<i>Thraupis bonariensis</i>	sanhaçu-papa-laranja	3,0
<i>Thraupis cyanoptera</i>	sanhaçu-de-encontro-azul	2,8
<i>Thraupis episcopus</i>	sanhaçu-da-amazônia	2,8
<i>Thraupis ornata</i>	sanhaçu-de-encontro-amarelo	2,8
<i>Thraupis palmarum</i>	sanhaçu-do-coqueiro	2,8
<i>Thraupis savaca</i>	sanhaçu-cinzento	2,8
<i>Trichothraupis melanops</i>	tiê-de-topete	3,2
Fringillidae		

<i>Chlorophanes spiza</i>	saí-verde	2,0
<i>Chlorophonia cyanea</i>	bandeirinha	2,2
<i>Cyanerpes caeruleus</i>	saí-de-perna-amarela	2,0
<i>Cyanerpes cyaneus</i>	saíra-beija-flor	2,0
<i>Dacnis cavana</i>	saí-azul	2,0
<i>Dacnis flaviventer</i>	saí-amarela	2,4
<i>Dacnis nigripes</i>	saí-de-penas-pretas	2,0
<i>Euphonia cavemensis</i>	gaturamo-preto	2,4
<i>Euphonia chalybea</i>	cais-cais	2,4
<i>Euphonia chlorotica</i>	fim-fim	2,2
<i>Euphonia cyanocephala</i>	gaturamo-rei	2,4
<i>Euphonia laniirostris</i>	gaturamo-de-bico-grosso	2,4
<i>Euphonia pectoralis</i>	ferro-velho	2,0
<i>Euphonia rufiventris</i>	gaturamo-do-norte	2,4
<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro	2,4
<i>Tangara cavana</i>	saíra-amarela	2,4
<i>Tangara cyanoventris</i>	saíra-douradinha	2,0
<i>Tangara peruviana</i>	saíra-sapucaia	2,8
<i>Tangara preciosa</i>	saíra-preciosa	2,6
<i>Tangara punctata</i>	saíra-negaça	2,4
<i>Tangara velia</i>	saíra-diamante	2,4
<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha	2,4
Emberizidae		
<i>Amaurospiza moesta</i>	negrinho-do-mato	3,0
<i>Ammodramus aurifrons</i>	cigarrinha-do-campo	2,4
<i>Ammodramus humeralis</i>	tico-tico-do-campo	2,4
<i>Arremon flavirostris</i>	tico-tico-de-bico-amarelo	3,0
<i>Arremon taciturnus</i>	tico-tico-de-bico-preto	3,0
<i>Coryphospingus cucullatus</i>	tico-tico-rei	2,4
<i>Coryphospingus pileatus</i>	tico-tico-rei-cinza	2,8
<i>Diuca diuca</i>	diuca	2,4
<i>Emberizoides herbicola</i>	canário-do-campo	3,2
<i>Embernagra longicauda</i>	rabo-mole-da-serra	3,2
<i>Embernagra platensis</i>	sabiá-do-banhado	3,2
<i>Gubernatrix cristata</i>	cardeal-amarelo	3,8
<i>Haplospiza unicolor</i>	cigarra-bambu	2,4
<i>Oryzoborus m. atirostris</i>	bicudo -de- bico-preto	3,2
<i>Oryzoborus m. giganteirostris</i>	bicudo-pantaneiro	3,2
<i>Oryzoborus m. magnirostris</i>	bicudo -pantaneiro-grandão	3,2
<i>Paroaria capitata</i>	cavalaria	2,6
<i>Paroaria coronata</i>	cardeal	3,5
<i>Paroaria dominicana</i>	cardeal-do-nordeste	3,5
<i>Paroaria gularis</i>	cardeal-da-amazônia	3,0
<i>Porphyrospiza caerulea</i>	campainha-azul	2,6
<i>Sicalis citrina</i>	canário-rasteiro	2,5
<i>Sicalis columbiana</i>	canário-do-amazonas	2,5
<i>Sicalis flaveola petzelni</i>	canário-chapinha	2,6
<i>Sicalis luteola</i>	tipio	2,5
<i>Sporophila albogularis</i>	golinho	2,2
<i>Sporophila americana</i>	coleiro-do-norte	2,2
<i>Sporophila bouvreuil</i>	caboclinho	2,2
<i>Sporophila castaneiventris</i>	caboclinho-de-peito-castanho	2,4
<i>Sporophila cinnamomea</i>	caboclinho-de-chapéu-cinzento	2,4
<i>Sporophila collaris</i>	coleiro-do-brejo	2,6
<i>Sporophila crassirostris</i>	bicudinho	2,8
<i>Sporophila falcirostris</i>	cigarra-verdadeira	2,2
<i>Sporophila leucoptera</i>	chorão	2,6
<i>Sporophila melanogaster</i>	caboclinho-de-barriga-preta	2,4
<i>Sporophila minuta</i>	caboclinho-lindo	2,2
<i>Sporophila nigricollis</i>	baiano	2,2
<i>Sporophila palustris</i>	caboclinho-de-papo-branco	2,4
<i>Sporophila plumbea</i>	patativa	2,4
<i>Sporophila ruficollis</i>	caboclinho-de-papo-escuro	2,2
<i>Sporophila schistacea</i>	cigarrinha-do-norte	2,4
<i>Tiaris fuliginosus</i>	cigarra-do-coqueiro	2,2
<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	2,0
Cardinalidae		
<i>Carvohaustes canadensis</i>	furriel	3,5
<i>Cyanocompsa cyanoides</i>	azulão-da-amazônia	2,8
<i>Cyanoloxia glaucocaeulea</i>	azulinho	2,6
<i>Pheucticus aureoventris</i>	rei-do-bosque	3,0
<i>Saltator atricollis</i>	bico-de-pimenta	3,5
<i>Saltator aurantirostris</i>	bico-duro	3,5
<i>Saltator coerulescens</i>	sabiá-gongá	3,5
<i>Saltator fuliginosus</i>	pimentão	4,0
<i>Saltator maxillosus</i>	bico-grosso	3,5
Icteridae		
<i>Agelaioides badius</i>	asa-de-telha	3,0
<i>Agelasticus cyanopus</i>	carretão	3,5
<i>Agelasticus thilius</i>	sargento	3,0
<i>Cacicus cela</i>	xexéu	4,0

<i>Cacicus chrysopterus</i>	tecelão	4,0
<i>Cacicus haemorrhous</i>	guaxe	4,0
<i>Chrysomus icterocephalus</i>	irataúá-pequeno	3,5
<i>Chrysomus ruficapillus</i>	garibaldi	3,0
<i>Icterus cavanensis</i>	encontro	3,5
<i>Icterus chryscephalus</i>	rouxinol-do-rio-negro	3,5
<i>Icterus jamacaii</i>	corrupião	4,0
<i>Lamprosar tanagrinus</i>	iraúna-velada	3,0
<i>Molothrus bonariensis</i>	vira-bosta	3,0
<i>Molothrus oryzivorus</i>	iraúna-grande	4,0
<i>Molothrus rufoaxillaris</i>	vira-bosta-picumã	3,0
<i>Procacicus solitarius</i>	iraúna-de-bico-branco	4,0
<i>Psarocolius b. Yuracares</i>	Japu-de-bico-encarnado	4,0
<i>Psarocolius bifasciatus</i>	japuaçu	4,0
<i>Psarocolius decumanus</i>	japu	4,0
<i>Psarocolius viridis</i>	japu-verde	4,0
<i>PseudoLeistes guirahuro</i>	chopim-do-brejo	4,0
<i>PseudoLeistes virescens</i>	dragão	4,0
<i>Sturnella militaris</i>	polícia-inglesa-do-norte	4,0
<i>Sturnella supercilialis</i>	polícia-inglesa-do-sul	4,0
Fringillidae		
<i>Carduelis yarrellii</i>	pintasilgo-do-nordeste	2,4

## ANEXO III

Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros Coordenação Geral de Fauna	Página 1/1 Impressão
--	-------------------------

Nome:	CPF:	Registro CTF:	Validade da Autorização
Identidade:	Orgão Expedidor:	CPF:	
Endereço:	Bairro:	Município:	UF:
Telefone:	Fax:	E-mail:	
#Nome científico	Nome comum	Sexo	Nascimento
		Tipo anilha	Diam.
			Código da anilha

## Observações:

Esta relação é exclusivamente válida no território brasileiro, sem emendas ou rasuras, quando acompanhada do documento de identificação do criador. Não autoriza a exposição dos espécimes nela relacionados em logradouros públicos ou privados. Autoriza o criador a transportar, em gaiolas, Passeriformes da fauna brasileira anilhados com anilhas invioláveis, no Território Nacional, para concurso, exposição, treinamento e/ou pareamento - quando acompanhada das respectivas Autorizações de transporte. A relação de passeriformes deve ser impressa e mantida à disposição da fiscalização no local onde os pássaros estão cativos.

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

### SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

#### RESOLUÇÃO N.º 7, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

A SECRETÁRIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.048, de 21 de janeiro de 1994, no Art. 4º da Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2008 e na Portaria nº 13 de 24 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) para o biênio 2011-2012.

Art. 2º A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação 2011-2012 estará disponível no Portal do SISP, no endereço eletrônico <http://www.sisp.gov.br>.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA DA GLÓRIA GUIMARÃES DOS SANTOS

### SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

#### PORTARIA Nº 379, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

A SECRETÁRIA ADJUNTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 1º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei nº 9.636/98, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse social para fins de Regularização Fundiária os imóveis da União abaixo descritos, situados na área urbana do município de Porto Velho, Estado de Rondônia, partes menores do imóvel adquirido por força do Decreto nº. 58.501/1966,

registrado na matrícula nº 1060, no 1º Ofício Registral de Imóveis da Comarca de Porto Velho/RO, em nome da União, sob jurisdição da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia:

I - imóvel: Lote urbano nº 300, Quadra 141, Setor 01, com área de 314,84m², situado no Beco Alto Paraíso, nº 160, Bairro Panair, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, sob o registro imobiliário (RIP) de nº 00030100088-31, registrado em nome da UNIÃO sob a matrícula nº 1060, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho - RO, conforme processo nº 05310.000085/2005-69, de interesse de GILMAR BOTELHO CARVALHO.

II - imóvel: Lote urbano nº 523, Quadra 131, Setor 01, com área de 298,97m², situado no Beco Alto Paraíso, nº 50, Bairro Panair, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, sob o registro imobiliário (RIP) de nº 00030100063-83, registrado em nome da UNIÃO sob a matrícula nº 1060, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho - RO, conforme processo nº 05310.000009/2005-53, de interesse de JULIETA PRESTES DA CHAGA.

III - imóvel: Lote urbano nº 11, Quadra 151, Setor 01, com área de 358,75m², situado na Rua Padre Chiquinho, nº 346, Bairro Panair, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, sob o registro imobiliário (RIP) de nº 00030100186-32, registrado em nome da UNIÃO sob a matrícula nº 1060, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho - RO, conforme processo nº 05310.001623/2008-85, de interesse de SUELI MATIAS DA CHAGA.

Art. 2º Os imóveis descritos no art. 1º é de interesse público para destinação à regularização fundiária de interesse social, totalizando uma área de 972,56 m², direcionada ao atendimento de três famílias de baixa renda, com dispensa de licitação nos termos do artigo 18, § 6º, da Lei nº. 9636/98 e artigo 17, inciso I, alínea f da Lei nº. 8.666/93.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia dará conhecimento do teor da presente Portaria ao Cartório de Registro de Imóveis e Prefeituras onde se localizarem os imóveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LOUISE RITZEL

## ANEXO IV

MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA EVENTO  
AUTORIZAÇÃO  
FICA AUTORIZADO O CALENDÁRIO ANUAL APRESENTADO PELA \_\_\_\_\_ (federação, clube, associação ou particular) \_\_\_\_\_, REGISTRO NO IBAMA Nº \_\_\_\_\_, CONFORME DESCRITO ABAIXO:

Local	Data da realização	Tipo de evento

## ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO IBAMA

- PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO, É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO DURANTE OS EVENTOS DESCRITOS ACIMA.

- EM CASO DE MODIFICAÇÕES NO PRESENTE CALENDÁRIO, O IBAMA DEVERÁ SER COMUNICADO OFICIALMENTE COM ANTECEDÊNCIA DE 20 DIAS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

## ANEXO V

Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros Coordenação Geral de Fauna	Página 1/1 Chave: Autorização Nº:
--	---

FINALIDADE				
Exposição				
PERÍODO DO TRANSPORTE				
Início:	Término:			
CRIADOR				
Número do CTF:	Nome:	CPF:		
Endereço:				
Bairro:	Município:	CEP:		
Telefone:	E-mail:			
ENDERECO DE DESTINO DA AVE:				
Endereço:				
Bairro:	Município:	CEP:		
RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE				
Nome:		CPF:		
AVES VINCULADA NO TRANSPORTE				
#Código de anilha	Nome científico:	Nome comum	Sexo	Nascimento

## Observações:

VÁLIDA EXCLUSIVAMENTE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

O transporte de ave sem acompanhamento de sua respectiva Autorização é ilegal e sujeita às penalidades previstas em Lei.

ESTA Autorização NÃO AUTORIZA:

Transporte de espécies não especificadas acima;

Transporte em áreas de domínio privado sem o consentimento expresso ou tácito do proprietário nos termos do código civil;

Transporte em unidades de conservação federais, estaduais, distritais ou municipais, salvo quando acompanhadas do consentimento do Órgão Ambiental competente.

## SUPERINTENDÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL

## PORTARIA Nº 34, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL, nomeada por intermédio da Portaria MP nº 736, de 06/11/2007, publicada no Diário Oficial da União, nº 214 de 07/11/2007, Seção 2, página 35, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no art. 18º, inciso II, da Lei nº 9636/98, de 15 de maio de 1998, bem como os elementos que integram o Processo nº 04991.000.749/2010-72, resolve:

Art. 1º Autorizar a Doação, com Encargo, ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, do imóvel localizado na QNM - 12, Via CNM - 02, Lote 19, Ceilândia, com área de 812,59m², objeto da Matrícula nº R-1-7511, do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

Art. 2º O imóvel a que se refere o Art.1º, destina-se à implementação do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, conforme autorização contida na Portaria Ministerial nº 16, de 20.01.2009, à conta de dotação orçamentária própria e cujo início das obras deverá ocorrer até 01 de novembro de 2012.

Art. 3º Os encargos decorrentes da implementação do Projeto serão permanentes e resolutivos, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União se, no prazo de 02(dois) anos, após a lavratura do Contrato de Doação, com Encargo, não for a área destinada à utilização de que trata o Art. 2º, não sendo permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do que justificou a Doação.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A Doação, com Encargo, tornar-se-á nula, independente de ato especial, sem direito de Donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º dessa Portaria, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de Cláusula Contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIA HELENA DE CARVALHO